

ANALISTA DO PODER JUDICIÁRIO ÁREA JUDICIÁRIA

NÍVEL SUPERIOR TIPO 1 – BRANCA



SUA PROVA

- Além deste caderno contendo **80 (oitenta)** questões objetivas, você receberá do fiscal de prova o cartão de respostas;
- As questões objetivas têm **5 (cinco)** opções de resposta (A, B, C, D e E) e somente uma delas está correta.



TEMPO

- Você dispõe de **4 (quatro) horas** para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação do cartão de respostas;
- **2 (duas) horas** após o início da prova, é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de questões;
- A partir dos **30 (trinta) minutos** anteriores ao término da prova é possível **retirar-se da sala levando o caderno de questões**.



NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova;
- Anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja o caderno de questões;
- Levantar da cadeira sem autorização do fiscal de sala;
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala.



INFORMAÇÕES GERAIS

- Verifique se seu caderno de questões está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, **notifique imediatamente o fiscal da sala**, para que sejam tomadas as devidas providências;
- Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade e leia atentamente as instruções para preencher o cartão de respostas;
- Para o preenchimento do cartão de respostas, use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul;
- Assine seu nome apenas no(s) espaço(s) reservado(s) no cartão de respostas;
- Confira seu cargo, cor e tipo do caderno de questões. Caso tenha recebido caderno de cargo ou cor ou tipo **diferente** do impresso em seu cartão de respostas, o fiscal deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na ata da sala;
- Reserve tempo suficiente para o preenchimento do seu cartão de respostas. O preenchimento é de sua responsabilidade e **não será permitida a troca do cartão de respostas em caso de erro cometido pelo candidato**;
- Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas no cartão de respostas;
- A FGV coletará as impressões digitais dos candidatos na lista de presença;
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas.
- **Boa Prova!**

Conhecimentos Gerais

Língua Portuguesa

1

Leia o trecho da crônica a seguir.

INIMIGOS

O apelido de Maria Teresa, para Norberto, era “Quequinha”. Depois do casamento, sempre que queria contar para os outros uma da sua mulher, o Norberto pegava sua mão carinhosamente e começava:

— Pois a Quequinha...

E a Quequinha, dengosa, protestava:

— Ora, Beto!

Com o passar do tempo, o Norberto deixou de chamar a Maria Teresa de Quequinha; se ela estivesse ao seu lado e ele quisesse se referir a ela, dizia:

— A mulher aqui...

Ou, às vezes:

— Esta mulherzinha...

Mas nunca mais Quequinha.

(O tempo, o tempo. O amor tem mil inimigos, mas o pior deles é o tempo. O tempo ataca em silêncio. O tempo usa armas químicas.)

Com o tempo, Norberto passou a tratar a mulher por “Ela”.

— Ela odeia o Charles Bronson.

— Ah, não gosto mesmo.

Deve-se dizer que o Norberto, a esta altura, embora a chamasse de Ela, ainda usava um vago gesto da mão para indicá-la. Pior foi quando passou a dizer “essa aí” e apontar com o queixo.

— Essa aí...

E apontava com o queixo, até curvando a boca com um certo desdém.

(O tempo, o tempo. O tempo captura o amor e não o mata na hora. Vai tirando uma asa, depois a outra...)

Hoje, quando quer contar alguma coisa da mulher, o Norberto nem olha na sua direção. Faz um meneio de lado com a cabeça e diz:

— Aquilo...

(VERÍSSIMO, L. F. *Novas comédias da vida privada*. Porto Alegre: L&PM, 1996. p. 70-1)

Em “Inimigos”, Veríssimo associa o passar do tempo às transformações nas relações amorosas por meio de recursos linguísticos e contextuais.

Assinale a opção em que se identifica o elemento linguístico que contribui diretamente para a construção da associação tempo-tratamento pretendida pelo autor.

- (A) Uso de parênteses com referências à passagem de tempo, que simbolizam pensamentos associados ao senso comum.
- (B) Escolhas de pronomes referenciais, que evidenciam alterações no comportamento da personagem masculina.
- (C) Uso de substantivos depreciativos, que fazem referências diretas e indiretas à personagem feminina.
- (D) Presença de travessões, que organizam a leitura ao diferenciar as vozes do narrador e dos personagens.
- (E) Uso do sufixo de diminutivo, que antecipa o desfecho da narrativa ao se associar a substantivos comuns e próprios.

2

Observe o cartaz produzido pelo Centro de Voluntariado de São Paulo em homenagem ao Dia Internacional do Voluntário, celebrado em 5 de dezembro.



<https://voluntariadoempresarial.com.br/8-cartazes-do-dia-internacional-do-voluntario-que-vaio-fazer-voce-querer-abracar-o-mundo> - acesso em 21.9.25

Considerando que esse gênero combina recursos verbais e não verbais para construir sua mensagem, assinale a opção que relaciona corretamente um desses recursos ao propósito comunicativo da campanha.

- (A) A imagem de diferentes rostos como moldura do cartaz contribui para a percepção do leitor sobre a quantidade de pessoas que esperam a ajuda dos voluntários.
- (B) A letra V em fonte diferente do restante das palavras do cartaz chama a atenção do leitor para o homenageado da campanha.
- (C) A aparente rasura sobre as letras E e N, nas palavras “creio” e “num”, oferece ao leitor uma nova perspectiva de leitura associada ao sentido do voluntariado.
- (D) O desenho do planeta Terra amplia a discussão sobre a importância das ações do voluntariado para além do território nacional.
- (E) A expressão verbal “um mundo melhor” é reforçada pelo recurso imagético ao lado, oferecendo, ao leitor, a possibilidade de se tornar um voluntário.

3

Leia o texto a seguir e observe o uso do conectivo “como”.

O que é trabalho voluntário?

O trabalho voluntário é uma atividade realizada por indivíduos de forma não remunerada, em benefício de outras pessoas, comunidades ou causas, sem a expectativa de receber compensação financeira.

Trabalhar como voluntário pode incluir atividades de prestação de serviços diretos, como assistência em abrigos de animais ou distribuição de alimentos em comunidades carentes, até a participação em projetos de conscientização e advocacia, como campanhas de proteção ambiental ou programas educacionais.

<https://habitatbrasil.org.br/trabalho-voluntario/>

É correto afirmar que, nas duas ocasiões, a conjunção destacada atua como elemento de

- (A) exemplificação.
- (B) comparação.
- (C) conformidade.
- (D) causalidade.
- (E) temporalidade.

4

Acampamento Farroupilha termina neste domingo com público total superior a 2 milhões de pessoas

O tempo nublado e chuvoso que marcou o último final de semana do Acampamento Farroupilha trouxe transtornos, mas a meta de público almejada pelos organizadores do evento realizado no Parque Maurício Sirotsky Sobrinho, em Porto Alegre, foi alcançada conforme estimativa da concessionária do espaço, a empresa GAM3 Parks.

Pelas contas preliminares dos organizadores, a barreira de 2 milhões de frequentadores foi mais uma vez ultrapassada e ficou em um mesmo patamar do que o evento do ano passado.

Jornal Zero Hora, set. 2025: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/>

Os conectivos são um recurso de coesão textual e podem apontar para direções argumentativas que conduzem o leitor à compreensão de informações implícitas.

Assinale a opção em que o primeiro período do primeiro parágrafo da notícia foi reescrito, mas sem alterar o sentido original.

- (A) Como o tempo nublado e chuvoso que marcou o último final de semana do Acampamento Farroupilha trouxe transtornos, a meta de público almejada pelos organizadores do evento foi alcançada.
- (B) Pelo fato de o tempo nublado e chuvoso que marcou o último final de semana do Acampamento Farroupilha ter trazido transtornos, a meta de público almejada pelos organizadores do evento foi alcançada.
- (C) Embora o tempo nublado e chuvoso que marcou o último final de semana do Acampamento Farroupilha tenha trazido transtornos, a meta de público almejada pelos organizadores do evento foi alcançada.
- (D) Contanto que o tempo nublado e chuvoso que marcou o último final de semana do Acampamento Farroupilha traga transtornos, a meta de público almejada pelos organizadores do evento será alcançada.
- (E) Na medida em que o tempo nublado e chuvoso que marcou o último final de semana do Acampamento Farroupilha tenha trazido transtornos, a meta de público almejada pelos organizadores do evento foi alcançada.

5

Leia o trecho a seguir.

Eles não podiam saber que a reação benevolente de Dona Geny era provocada por uma confidência feita por Dippenaar: dois dias antes, estivera a adiar a partida, porque tinha medo de não encontrar ninguém da família. *Adiando, mantinha a esperança de que estivessem vivos.* No entanto, no aeroporto, depois de apertar a mão de todos, mirando atentamente nos olhos de cada um, concentrado e talvez ligeiramente nervoso, o que se adivinhava pelo leve tremor da pálpebra esquerda, mais dada a confissões, Dippenaar aplicou um apertado abraço a Joseph Kiboro, seu companheiro de aviação, o que enfraquecia decisivamente a tese janetiana de racismo.

PEPETELA. *O quase fim do mundo* [livro eletrônico]. São Paulo: Kapulana, 2020. p. 161.

O gerúndio indica, em geral, o aspecto durativo da ação verbal. No trecho destacado, o gerúndio do verbo “adiar” adquire um sentido específico em função da seguinte relação semântica com a segunda oração do período:

- (A) condição.
- (B) consequência.
- (C) finalidade.
- (D) causa.
- (E) tempo.

6

Observe o texto a seguir.



<https://autismolegal.com.br/direitos-do-autista/>

O texto é um *folder* de campanha divulgado na página “Autismo Legal”, comprometida com a defesa dos direitos das pessoas com autismo no Brasil.

Considerando que o objetivo da campanha é estimular a participação ativa do leitor na causa autista, marque a opção em que se identifica corretamente o elemento textual que expressa a intenção comunicativa da campanha.

- (A) Presença de ícones de redes sociais.
- (B) Imagens de crianças em situação escolar.
- (C) Símbolo da mão com o polegar estendido.
- (D) Presença da palavra “crime”.
- (E) Uso de verbos no imperativo.

7

Leia a notícia a seguir.

Comissão de Educação aprova projeto que proíbe uso de celular em escolas

Uso fica proibido inclusive no recreio e crianças de até dez anos não poderão sequer portar consigo o aparelho

A Comissão de Educação da Câmara dos Deputados aprovou projeto de lei que proíbe o uso de telefone celular e de outros aparelhos eletrônicos portáteis por alunos da educação básica, inclusive no recreio e nos intervalos entre as aulas.

A proposta autoriza, por outro lado, o uso de celular em sala de aula para fins estritamente pedagógicos, em todos os anos da educação básica. Permite, ainda, o uso para fins de acessibilidade, inclusão e condições médicas.

Agência Câmara de Notícias, 30/10/2024: <https://www.camara.leg.br>

Em textos, mesmo os que pressupõem neutralidade, escolhas vocabulares refletem intenções discursivas.

No subtítulo da notícia, a palavra “inclusive” poderia ser substituída, sem prejuízo semântico, por

- (A) até.
- (B) somente.
- (C) ainda.
- (D) também.
- (E) já.

8

3 de setembro de 1960

De manhã o senhor Antonio Soeiro Cabral converso comigo, ele está horrorizado porque o Audálio é sosinho para escrever e não tem tempo para arranjar uma casa pra mim.

Preparei os filhos e fomos para a cidade. O Toninho véio visitar-me e voltamos para a cidade, paguei-lhe a viagem, várias pessoas parava e perguntava-se sou autora do Quarto de Despejo, elogia o livro.

4 de setembro de 1960

Levantei as 6 horas, preparei a refeição matinal. Eu não vou sair Estou apreciando Osasco por causa da tranquilidade, e o ar puro, da a impressão que eu sai do inferno, e estou no céu. Os vizinhos olha-me e sorri, as crianças são em numeros menores porque não vivem nas ruas. Na favela as crianças parecem numerosas por causa dos barracões ser unidos.

Adaptado de JESUS, Carolina Maria de. *Casa de Alvenaria*, volume 1: Osasco. São Paulo: Cia das Letras, 2021. p. 34-37.

O texto desta questão é um trecho do livro “Casa de Alvenaria”, obra literária escrita por Carolina Maria de Jesus, uma mulher moradora da Favela do Canindé (SP), catadora de lixo e mãe de três filhos, cuja história - contada em formato de diário - chamou a atenção do mercado editorial.

Sobre o trecho de “Casa de Alvenaria”, analise as afirmativas a seguir.

- I. Os elementos linguísticos em desacordo com a norma culta da Língua Portuguesa, representam marcas identitárias da autora.
- II. O conteúdo do texto apresenta grande valor literário pela presença de recursos metafóricos e de metalinguagem.
- III. O formato em “diário” que estrutura a obra confere personalidade ao conteúdo e à forma como a autora narra suas memórias.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

9

Observe a charge a seguir, de janeiro de 2018. Ela se insere nas discussões sobre a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) na educação básica.



<https://umbrasil.com/charge/charge-15012018/> - acesso em 21.9.25.

Na charge, a relação de complementaridade entre os elementos verbais (palavras) e os não verbais (imagens) conduz o leitor à interpretação de que

- (A) os estudantes veem mais sentido na diversão do que na educação formal.
- (B) a educação brasileira deve avançar no sentido de se tornar mais atrativa para os alunos.
- (C) a metodologia de ensino de cidades ribeirinhas precisa considerar elementos culturais.
- (D) o caminho que leva à educação pode ser bastante cansativo para alguns estudantes.
- (E) o horário de aulas estabelecido nas escolas brasileiras precisa ser revisto.

10

Leia o fragmento a seguir da crônica “As supermães e as mães normais”.

Há quase 16 anos no ramo da maternidade, com duas experiências bem-sucedidas até aqui, me pergunto: o que fiz que merecesse ficar como exemplo para a posteridade? Ok, passei noites em claro, troquei muitas fraldas, levei e busquei do colégio umas 3 mil vezes – e ainda sigo na função. Fui a festinhas de aniversário barulhentas, passei fins de semana em pracinhas, ensinei a andar de bicicleta, levei a livrarias e cinemas, fiz vários curativos, impus limites, disse “não” quando era preciso e até quando não era preciso. Nada que uma mãe média também não faça.

O que elas aprenderam comigo? A devolver o que não é seu, a dizer a verdade, a ser gentil, a não depender demais dos outros, a aceitar que as pessoas não são todas iguais e que isso. Nem mesmo as mães são todas iguais, contrariando o famoso ditado. Há as que se sacrificaram, as que abriram mão de sua felicidade em troca da felicidade dos filhos, as que mantiveram casamentos horrorosos para não fazê-los sofrer com um lar desfacelado, as que trabalharam insanamente para não faltar nada em casa, as que sangraram por dentro e por fora para manter a família de pé.

Eu não fiz nada disso. Por sorte, a vida não me exigiu nenhuma atitude sobre-humana. Fui e sigo sendo uma mãe bem normalzinha. Que acerta, que erra, que faz o melhor que pode. Em comum com as supermães, apenas o amor, que é sempre inesgotável. Mas, medalha de honra ao mérito, não sei se mereço. Não me julgo sacrificada e tampouco sublime. Sou uma mulher que teve a sorte de ter a Julia e a Laura, uma mulher que se equilibra entre dúvidas e certezas e que consegue tirar um saldo positivo desta adorável bagunça.

MEDEIROS, Martha. *Doidas e santas*. São Paulo: L&PM Editores, 2008. p. 130-131.

A autora da crônica, ao falar sobre a maternidade, usa uma série de orações adjetivas, conforme as que estão sublinhadas no segundo parágrafo do texto.

No contexto da crônica, as orações adjetivas sublinhadas têm a função de

- (A) exemplificar alguns tipos de mães que existem, de modo a validar o argumento de que as mães não são todas iguais.
- (B) particularizar alguns tipos de mães normais que se distanciam do padrão “supermães” que a sociedade impõe.
- (C) organizar uma série de argumentos em defesa da tese de que é possível ser normal e, ainda assim, exercer a maternidade.
- (D) mostrar todos os sacrifícios pelos quais as mulheres passam para que sejam consideradas “supermães”.
- (E) evidenciar escolhas que as mulheres fazem às custas de seus desejos, com a intenção de reconhecimento social.

11

Observe os quadrinhos a seguir.



<https://vidadesuporte.com.br> - acesso em 25.9.25.

O uso de pronomes é um importante recurso para coesão textual. Com base nisso, assinale a opção que identifica corretamente o referente do pronome relativo “que” no segundo quadrinho da tirinha.

- (A) Ética.
- (B) Sistema.
- (C) Nota.
- (D) Prova.
- (E) Curso.

12

Leia o trecho a seguir.

Sr. Redator:

Desculpe os erros e a letra pois não sou costumeira nestas coisas de escrever e se hoje venho a vossa presença é para botar os pontos nos ii. Vi no jornal uma notícia sobre os furtos dos “Capitães da Areia” e logo depois veio a polícia e disse que ia perseguir eles e então o doutor dos menores veio com uma conversa dizendo que era uma pena que eles não se emendava no reformatório para onde ele mandava os pobres. É pra falar no tal do reformatório que eu escrevo estas mal traçadas linhas. Eu queria que seu jornal mandasse uma pessoa ver o tal do reformatório para ver como são tratados os filhos dos pobres que têm a desgraça de cair nas mãos daqueles guardas sem alma. Vá de repente e há de ver quem tem razão. É por essas e outras que existem os “Capitães da Areia”. Também se quiser pode conversar com o Padre José Pedro, que foi capelão de lá e viu tudo isso. Ele também pode contar e com melhores palavras que eu não tenho.

Maria Ricardina, costureira.

Adaptado de AMADO, Jorge. *Capitães da Areia*. Rio de Janeiro: Record, 2007. p. 10-11.

O texto é uma carta escrita ao fictício “Jornal da Tarde”, denunciando os maus tratos impostos a menores-delinquentes, no reformatório da cidade. Logo no início, a remetente anuncia sua pouca habilidade com a Língua Portuguesa e associa isso à sua condição social.

Um elemento textual de variação linguística que confirma essa condição social é

- (A) “Desculpe os erros e a letra...”
- (B) “...veio a polícia e disse que ia perseguir eles...”
- (C) “...eu escrevo estas mal traçadas linhas.”
- (D) “...com melhores palavras que eu não tenho.”
- (E) “Maria Ricardina, costureira.”

13

Em cada opção, o termo sublinhado é substituído por um hiperônimo no período, a fim de evitar a repetição de palavras.

Assinale a opção em que o hiperônimo foi selecionado de forma adequada.

- (A) Os alunos das escolas estaduais fizeram um movimento para a melhora do ensino público; desse modo os estudantes mostram estar conscientes das deficiências.
- (B) O contentamento por fazer uma viagem à Europa pela primeira vez é tal, que a alegria dura mesmo após a viagem.
- (C) Logo que o tenente teve notícia do assalto, partiu em direção ao local da ocorrência, mas, quando lá chegou, o militar soube que os bandidos haviam escapado.
- (D) O homem é o único animal que ri, algumas vezes mesmo sem ter motivo.
- (E) Chegaram separados ao teatro o marido e a mulher, mas, pouco depois, os dois já estavam juntos.

14

Os demonstrativos, quando usados em desacordo com a norma culta, podem comprometer a clareza e a correção do texto. As frases a seguir foram retiradas do livro *Memórias de um Sargento de Milícias*, de Manuel Antônio de Almeida.

Assinale a frase em que o demonstrativo sublinhado está empregado de forma inadequada, segundo a norma culta da língua portuguesa.

- (A) Naqueles tempos ainda se não usavam os discursos fúnebres, nem os necrológios, que hoje andam tanto em voga; escapamos, pois, de mais essa. José Manuel dorme em paz no seu derradeiro jazigo.
- (B) Um dia em que estava sua tia a rezar no seu rosário, justamente num daqueles intervalos de padre-nosso a ave-maria de que acima falamos, Luisinha chegou a ela, e comunicou-lhe com confiança tudo que havia.
- (C) Encontrando-se nessa noite, como já sabem os leitores, com o nosso futuro clérigo, a ele se associaram, e o carregaram para casa de seus pais, onde, como de costume, havia festa de ciganos (e aquela costume ainda hoje se conserva).
- (D) Hoje era um batizado, amanhã um casamento, agora anos deste, logo anos daquele, festa deste, festa daquele santo.
- (E) O professor e o barbeiro estavam juntos: era este um homem todo em proporções infinitesimais, baixinho, magrinho, de carinha estreita e chupada, excessivamente calvo; aquela usava de óculos, tinha pretensões de latinista.

15

Em todas as frases a seguir, retiradas do romance *Triste Fim de Policarpo Quaresma*, de Lima Barreto, aparece a forma verbal *ser*.

Assinale a frase em que essa forma verbal não desempenha a função de formadora da voz passiva.

- (A) A razão tinha que ser encontrada numa disposição particular de seu espírito, no forte sentimento que guiava sua vida. Policarpo era patriota.
- (B) E desse modo ele ia levando a vida, metade na repartição, sem ser compreendido, e a outra metade em casa, também sem ser compreendido.
- (C) Todas elas, embora solteiras, davam conselhos, sabiam as casas barateiras, as peças mais importantes e as que podiam ser dispensadas.
- (D) Esse doutor tinha uma grande reputação nos subúrbios, não como médico, pois que nem óleo de rícino receitava, mas como entendido em legislação telegráfica, por ser chefe de seção da Secretaria dos Telégrafos.
- (E) Onde estaria então? Quis telegrafar para o Rio de Janeiro, mas teve medo de ser censurado, tanto mais que não andava em cheiro de santidade.

16

Nas frases a seguir, retiradas do romance *Eurico, o Presbítero*, de Alexandre Herculano, todas apresentam a palavra “se”.

Analise o uso do “se” em cada caso e assinale a opção em que ele atua como indeterminador do sujeito.

- (A) Mais de uma vez, antes que se habituasse à sua vida de foragido, passando pelas bordas dos fojos, pelas quinas dos precipícios, ele próprio sentira essa fascinação do terror.
- (B) E os nove num relance transpuseram o valo, galgaram a ladeira e atiraram-se de tropel ao meio das ruínas do arraial romano.
- (C) Sai-ra da boca de Astrimiro, que, sem deixar o valo, tinha a vista cravada nos visos dos montes vizinhos até cujas gargantas se dilatava a selva.
- (D) Depois dos combates é que se dorme bem placidamente! É então que eu dormirei.
- (E) Vedes vós a estrela matutina que empalidece? - disse, apontando para um breve espaço do firmamento, onde, através do portal irregular, se via fulgir o planeta Vénus.

17

As frases a seguir foram retiradas do romance *O Mulato*, de Aluísio Azevedo, e apresentam o uso do gerúndio.

Assinale a frase em que o gerúndio tem valor modal.

- (A) As crianças nuas, com as perninhas tortas pelo costume de cavalgar as ilhargas maternas, as cabeças avermelhadas pelo sol, a pele crestada, os ventrezinhos amarelentos e crescidos, corriam e guinchavam, empinando papagaios de papel.
- (B) O quitandeiro, assentado sobre o balcão, cochilava a sua preguiça morrinhenta, acariciando o seu imenso e espalmado pé descalço.
- (C) E, quando chegava a ocasião de ceder a fazenda, repetia o preço muitas vezes, gritando, e afinal batia o martelo com grande barulho, arrastando a voz em um tom cantado e estridente.
- (D) Viam-se deslizar pela praça os imponentes e monstruosos abdomens dos capitalistas; viam-se cabeças escarlates e descabeladas, gotejando suor por debaixo do chapéu de pelo.
- (E) Parecia-lhe que ainda estava a vê-lo, todo metódico, escolhendo palavras para lhe pedir “a subida honra de dançar com ela uma quadrilha”.

18

O uso correto da crase é exigido pela norma culta da língua portuguesa e indica a fusão da preposição “a” com o artigo definido feminino “a(s)”.

Entre as frases a seguir, adaptadas do romance *O Guarani*, de José de Alencar, assinale a que apresenta o uso **incorreto** do acento indicativo de crase.

- (A) Envio-lhe a primeira parte do meu manuscrito, que eu e Carlota temos decifrado nos longos serões das nossas noites de inverno, em que escurece aqui às cinco horas.
- (B) Entretanto, para satisfazê-la, quero aproveitar as minhas horas de trabalho em copiar e remoçar um velho manuscrito que encontrei à vista de todos.
- (C) Cingiu-se, pois, às pequenas emendas que toleravam o plano da obra e o desalinho de um estilo não castigado.
- (D) Reunindo-se uns aos outros para defesa comum, em ocasião de perigo vinham sempre abrigar-se na casa de D. Antônio de Mariz, a qual fazia às vezes de um castelo feudal na Idade Média.
- (E) Um dos bandeiristas, ao ouvir estas palavras, chegou as esporas à cavalgadura, e avançando algumas braças, colocou-se ao lado do moço.

19

No romance *O Mulato*, Aluísio Azevedo emprega diversas construções linguísticas que refletem a norma culta da língua portuguesa.

Entre as suas frases assinale aquela em que ocorre uso indevido ou confusão entre as expressões “ao encontro de” e “de encontro a”.

- (A) Afinal veio-lhe uma ideia, que lhe deu um sorriso de contentamento, acendeu logo uma das grossas velas de cera, tomou pelas pernas a imagem de São Raimundo e tisonou-lhe a cara e a careca de encontro à chama do pavio.
- (B) Ana Rosa nunca se lhe afigurou tão bela, tão adorável, tão completa e tão imprescindível, como naquele momento! Chegou a ter ciúmes dela e a censurá-la do íntimo da sua dor, porque a orgulhosa não correrá de encontro a ele.
- (C) Em cima, perto do altar-mor, em lugares privilegiados, sobressaíam chapéus enfeitados de fitas e plumas, leques irrequietos, que se agitavam desordenadamente, com um ruído casquilho de varetas batendo de encontro aos broches e alfinetes de peito.
- (D) Continuou a olhar atentamente, com o rosto achatado de encontro aos vidros.
- (E) O cônego, ouvindo-lhe os passos, veio sair ao encontro dele.

20

Leia o seguinte trecho de uma crônica do escritor recentemente falecido Luís Fernando Veríssimo

Com o tempo, ganhou uma reputação. Era de confiança. Um dia, foi procurado por um amigo com uma oferta de emprego. O salário era enorme.

– Por que eu? – quis saber.

– A posição é de muita responsabilidade – disse o amigo. – Recomendei você.

– Por quê?

– Pela sua descrição.

Subiu na vida. Dele se dizia que sabia tudo sobre todos, mas nunca abria a boca para falar de ninguém. Além de bem-informado, um gentleman.

Com base no trecho, assinale a afirmativa que apresenta uma análise adequada à gramática normativa.

- (A) A preposição “com” na expressão “Com o tempo”, tem valor de “companhia”.
- (B) O trecho “Era de confiança” mostra um pensamento do personagem central da crônica.
- (C) O termo “Por que eu?” mostra uma grafia errada do interrogativo “Por que”, que deveria ser grafado “Porque”.
- (D) A palavra “descrição”, por erro gráfico, deveria ser substituída pela forma “discrissão”.
- (E) O estrangeirismo “gentleman” poderia ser substituído pelo vocábulo “cavaleiro”.

21

As frases a seguir estão separadas por ponto final.

Considerando a possibilidade de unir as duas orações por meio de um pronome relativo, assinale a opção em que a construção resultante estaria correta, segundo a norma culta da língua portuguesa.

- (A) Gostei da obra de Niemeyer. Oscar Niemeyer é um de nossos melhores arquitetos. / Gostei da obra de Niemeyer, de que é um de nossos melhores arquitetos.
- (B) Estudei alguns anos na França. Na França eu era muito feliz. / Estudei alguns anos na França, em que era muito feliz.
- (C) Comprei um carro novo nessa empresa. O preço do carro foi baixo. / Comprei um carro novo, cujo preço foi baixo, nessa empresa.
- (D) Eu conheci esse rapaz durante a viagem. O nome desse rapaz era estranho. / Eu conheci esse rapaz, de cujo nome era estranho, durante a viagem.
- (E) Gosto muito de bacalhoadá. O gosto da bacalhoadá é inesquecível. / Gosto muito de bacalhoadá que o gosto é inesquecível.

22

Em muitos casos, na língua escrita, observa-se a tentativa de reduzir a complexidade do ser humano, tratando-o como um objeto ou uma coisa desprovida de subjetividade, processo denominado **reificação**.

Assinale a frase em que ocorre essa estratégia.

- (A) Os candidatos ficaram aglomerados no corredor.
- (B) Muitas pessoas ficam desligadas durante a prova.
- (C) Uma excursão de turistas visitou o interior da igreja.
- (D) A legião de invasores foi expulsa do país em pouco tempo.
- (E) A massa de trabalhadores reivindicava melhores salários.

Tópicos de Legislação

23

José, analista do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, consultou os direitos que detém à luz do Código de Ética que lhe é aplicável.

De acordo com a narrativa e considerando as disposições do Código de Ética e de Conduta dos Servidores do Poder Judiciário do Estado do Rio Grande do Sul, considere as prerrogativas a seguir.

- I. Trabalhar em ambiente saudável, que preserve sua integridade física, moral, mental e psicológica, com acesso a instalações físicas seguras, salubres e adequadas às atividades laborais, visando ao equilíbrio entre as vidas profissional e familiar.
- II. Participar das atividades de capacitação e treinamento necessárias ao desenvolvimento profissional e ascensão na carreira.
- III. Estabelecer interlocução livre com colegas e superiores, podendo expor ideias, pensamentos e opiniões na unidade judicial ou administrativa em que estiver lotado, naturalmente desde que não contrários aos próprios princípios éticos dispostos no Código de Ética.

Nesse cenário, são direitos de todos os servidores do Poder Judiciário Estadual o que consta em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) I e II, apenas.
- (E) I, II e III.

24

Nos termos do Estatuto e Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Cíveis do Estado do Rio Grande do Sul, a posse em cargo público efetivo dependerá de prévia inspeção médica que ateste a aptidão física e mental para o exercício do cargo.

Nesse cenário, considerando as disposições do Estatuto e Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Cíveis do Estado do Rio Grande do Sul, avalie as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa.

- () Os candidatos julgados temporariamente inaptos poderão requerer nova inspeção médica, no prazo de trinta dias, a contar da data que dela tiverem ciência.
- () O ingresso no serviço público estadual decorrente de contratação emergencial ou em cargo em comissão dependerá de aptidão física e mental verificada mediante procedimento simplificado, na forma da lei.
- () O servidor ocupante de cargo efetivo da Administração Pública Estadual, ao tomar posse em novo cargo, sem interrupção de exercício, será submetido à avaliação médica pericial, sendo dispensada a apresentação de exames complementares, desde que não tenha alteração de riscos relacionados ao ambiente de trabalho e a nova posse ocorra no prazo máximo de três anos.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) V – F – F.
- (B) F – F – F.
- (C) V – F – V.
- (D) F – V – F.
- (E) F – F – V.

25

O órgão competente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul (TJRS) proferiu decisão fundamentada a respeito da admissibilidade de um recurso extraordinário e de um recurso especial em matéria de Direito Público.

Considerando o disposto no Regimento Interno do TJRS, assinale a opção que indica o órgão competente para decidir sobre a admissibilidade desses recursos.

- (A) Corregedoria-Geral do TJRS.
- (B) 1ª Vice-Presidência do TJRS.
- (C) 2ª Vice-Presidência do TJRS.
- (D) 3ª Vice-Presidência TJRS.
- (E) Presidência do TJRS.

26

Carolina, pessoa com deficiência, pretende ingressar em juízo, com uma demanda. Para tanto, buscou se informar sobre as disposições do Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015) relativas ao acesso à justiça, tomando conhecimento de que o poder público deve assegurar o acesso da pessoa com deficiência à justiça, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, garantindo adaptações e recursos de tecnologia assistiva, sempre que requeridos.

Nesse contexto, avalie os enunciados a seguir e assinale (V) para o verdadeiro e (F) para o falso.

- () Capacitar os membros e os servidores que atuam no Poder Judiciário, no Ministério Público, na Defensoria Pública, nos órgãos de segurança pública e no sistema penitenciário quanto aos direitos da pessoa com deficiência, de modo a garantir sua plena atuação em todos os atos do processo judicial.
- () Oferecer todos os recursos de tecnologia assistiva disponíveis assegurando o acesso à justiça da pessoa com deficiência, sempre que atuar em um dos polos da ação ou exercer função de testemunha, advogado, defensor público, magistrado ou membro do Ministério Público.
- () Adotar medidas conjuntas, pela Defensoria Pública, o Ministério Público, a Advocacia Pública e as Polícias Civil e Federal, para garantir a efetividade dos direitos previstos no Estatuto da Pessoa com Deficiência.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) F – V – F.
- (B) V – V – F.
- (C) F – F – V.
- (D) V – V – V.
- (E) V – F – F.

27

Após legítima articulação efetivada pelo Poder Executivo, o tratado internacional Alfa, que versa sobre direitos humanos, foi aprovado, na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, em dois turnos, por três quintos dos votos dos membros das Casas Legislativas.

Nesse cenário, considerando as disposições da Constituição Federal, é correto afirmar que o tratado internacional Alfa será equivalente a uma

- (A) emenda constitucional.
- (B) medida provisória.
- (C) lei complementar.
- (D) lei ordinária.
- (E) lei delegada.

28

A Constituição da República, ao tratar dos direitos e garantias fundamentais vinculados à dignidade da pessoa humana, estabelece que todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade.

Considerando as disposições da Constituição Federal, as opções a seguir apresentam direitos e garantias fundamentais constitucionalmente assegurados, **à exceção de uma**. Assinale-a.

- (A) É inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias.
- (B) A todos, no âmbito judicial e administrativo, são assegurados a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação.
- (C) Ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante.
- (D) Ninguém será privado da liberdade ou de seus bens sem o devido processo legal.
- (E) É livre a manifestação do pensamento, inclusive mediante o anonimato.

29

A Lei nº 12.288/2010 instituiu o Estatuto da Igualdade Racial, destinado a garantir à população negra a efetivação da igualdade de oportunidades, a defesa dos direitos étnicos individuais, coletivos e difusos e o combate à discriminação e às demais formas de intolerância étnica.

Considerando as disposições dessa lei e o contexto apresentado, avalie as afirmativas a seguir.

- I. Os conteúdos referentes à história da população negra no Brasil serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, resgatando sua contribuição decisiva para o desenvolvimento social, econômico, político e cultural do país.
- II. Nas datas comemorativas de caráter cívico, os órgãos responsáveis pela educação incentivarão a participação de intelectuais e representantes do movimento negro para debater com os estudantes suas vivências relativas ao tema em comemoração.
- III. O Poder Executivo federal, por meio dos órgãos competentes, incentivará as instituições de ensino superior públicas e privadas, sem prejuízo da legislação em vigor, a resguardar os princípios da ética em pesquisa e apoiar grupos, núcleos e centros de pesquisa, nos diversos programas de pós-graduação que desenvolvam temáticas de interesse da população negra.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) I e III, apenas.
- (E) I, II e III.

30

Com o objetivo de estabelecer diretrizes para a adoção de padrões de conduta e promover o aprimoramento ético dos servidores do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, foi instituído o Código de Ética e de Conduta dos Servidores do Poder Judiciário do Estado do Rio Grande do Sul.

De acordo com as disposições desse Código, as afirmativas a seguir indicam corretamente princípios e valores fundamentais a serem observados pelo servidor no exercício de cargo ou função, **à exceção de uma**. Assinale-a.

- (A) Desenvolvimento profissional e pessoal, neutralidade e imparcialidade.
- (B) Qualidade, eficiência, economicidade e equidade dos serviços públicos.
- (C) Legalidade, impessoalidade, moralidade e transparência.
- (D) Honestidade, dignidade, respeito, decoro e boa-fé.
- (E) Respeito à diversidade individual e cultural.

31

Lucas, residente e domiciliado no Município de Pelotas, no Estado do Rio Grande do Sul, tem impedimento de longo prazo de natureza física. Registre-se que Lucas, no trabalho, se deparou com comportamentos que prejudicam a sua participação social em igualdade de condições e oportunidades com as demais pessoas. Nesse cenário, considerando as disposições da Resolução nº 401/2021 do Conselho Nacional de Justiça, é correto afirmar que Lucas é uma pessoa com

- (A) mobilidade reduzida, sendo certo que ele encontrou, no trabalho, uma barreira na comunicação.
- (B) mobilidade reduzida, sendo certo que ele encontrou, no trabalho, uma barreira atitudinal.
- (C) deficiência, sendo certo que ele encontrou, no trabalho, uma barreira na comunicação.
- (D) deficiência, sendo certo que ele encontrou, no trabalho, uma barreira na informação.
- (E) deficiência, sendo certo que ele encontrou, no trabalho, uma barreira atitudinal.

32

À luz das disposições do Código de Ética e de Conduta dos Servidores do Poder Judiciário do Estado do Rio Grande do Sul, analise as seguintes situações:

- I. Opinar publicamente a respeito da honorabilidade e do desempenho funcional de outro servidor ou magistrado do Poder Judiciário Estadual.
- II. Manter sob subordinação hierárquica direta, em cargo ou função de confiança, cônjuge ou companheiro, bem como parentes em linha reta ou colateral, inclusive afins, até o quarto grau.
- III. Publicar, sem prévia e expressa autorização, estudos, pesquisas e pareceres realizados no desempenho de suas atividades no cargo ou função cujos objetos ainda não tenham sido apreciados.

Nesse cenário, considerando as disposições do Código de Ética e de Conduta dos Servidores do Poder Judiciário do Estado do Rio Grande do Sul, é vedado ao servidor do Poder Judiciário estadual o que consta em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) I e III, apenas.
- (E) I, II e III.

Noções de análise de dados e IA

33

Considere que existem *desktops* com diferentes versões do Windows 10 no TJRS, e que a Microsoft encerrará o suporte a esse sistema operacional em outubro de 2025. A analista Paula foi encarregada de verificar quantos *desktops* estão com a versão do Windows 10 na sua repartição. Dentre as diversas formas de identificar a versão, ela optou pelo uso de comandos digitados diretamente na interface da ferramenta Windows PowerShell.

Assinale a opção que indica um comando **incorreto**.

- (A) Winver.
- (B) Sysinfo.
- (C) Msinfo32.
- (D) SImgr /dlv.
- (E) Systeminfo.

34

A história da Inteligência Artificial (IA) começou no verão de 1956, quando um grupo de cientistas organizou e realizou a primeira conferência dedicada ao tema. Desde então, o campo evoluiu e passou a abranger diferentes vertentes, que se distinguem pela forma como representam e processam o conhecimento adquirido.

Com base nessas informações, assinale a opção que apresenta corretamente as abordagens atuais de IA.

- (A) IA Interativa e IA Forte, apenas.
- (B) IA Generativa e IA Semântica, apenas.
- (C) IA Geral, IA Probabilística e IA Quântica, apenas.
- (D) IA Simbólica, IA Evolucionista e IA Conexionista, apenas.
- (E) IA Híbrida, IA Geral, IA Generativa e IA Probabilística, apenas.

35

O Excel 365 oferece um amplo conjunto de novas funções, entre elas, a XLOOKUP.

Com base nessa informação, analise as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa, de acordo com o funcionamento dessa função.

- () A função XLOOKUP pesquisa um intervalo ou uma matriz e retorna o item relativo à primeira correspondência encontrada. Se não houver correspondência, pode retornar à correspondência mais próxima.
- () A sintaxe de utilização requer cinco argumentos, sendo representada com =XLOOKUP (valor_de_pesquisa, matriz_de_pesquisa, se_não_encontrado, modo_de_correspondência, modo_de_pesquisa).
- () Apenas os argumentos “valor_de_pesquisa”, “matriz_de_pesquisa” e “modo_de_pesquisa” são obrigatórios; os demais são opcionais.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) F – V – V.
- (B) F – F – V.
- (C) V – F – F.
- (D) V – F – V.
- (E) V – V – F.

36

Josafá e Josias utilizam OneDrive no Microsoft 365 para melhorar o desempenho das atividades diárias no TJ-RS. Com o objetivo de treinar os colegas da repartição, eles decidiram estudar a documentação oficial do produto.

Diante desse cenário, analise as afirmativas a seguir.

- I. O recurso Arquivos sob Demanda do OneDrive permite que Josafá e Josias visualizem, pesquisem e interajam com os arquivos armazenados no OneDrive a partir do Windows Explorer, sem a necessidade de transferi-los integralmente para os seus dispositivos.
- II. O OneDrive se integra ao Microsoft Outlook, permitindo o compartilhamento fácil de arquivos armazenados na nuvem como se fossem anexos de e-mail. Esse recurso fornece uma experiência familiar de compartilhamento para o usuário, ao mesmo tempo que centraliza o armazenamento dos anexos no OneDrive.
- III. O recurso Restauração de Arquivos do OneDrive permite que Josafá e Josias restaurem arquivos a partir de qualquer ponto dos últimos 30 dias. Para selecionar o tempo de recuperação desejado, o OneDrive exibe um histograma de atividades, facilitando a identificação de qual tempo recuperado atende às suas necessidades.

Está correto o que se afirma em

- (A) II, apenas.
- (B) III, apenas.
- (C) I e II, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

37

Fábio, um analista de suporte, precisa configurar os clientes de uma rede local do TJ-RS com o serviço de rede, que automatiza a atribuição de endereços IP e demais informações de configuração dos dispositivos conectados.

O serviço a ser configurado se denomina

- (A) VPN.
- (B) DNS.
- (C) IPv6.
- (D) DHCP.
- (E) IPSEC.

38

Os analistas do TJ-RS precisam modernizar o sistema de petição eletrônico. Após uma avaliação criteriosa das ferramentas de automação de tarefas e produtividade disponíveis no mercado, optaram pelo uso do Microsoft Planner, que permite planejar, gerenciar e acompanhar a execução de tarefas.

Com base nessa ferramenta, as tarefas são organizadas em painéis do tipo

- (A) PDCA.
- (B) Scrum.
- (C) Kanban.
- (D) Six Sigma.
- (E) Scrumban.

39

Elton reconhece que há riscos associados à execução automática de vírus presentes em macros ocultas em planilhas do Excel, provenientes de fontes externas. No entanto, sua estação de trabalho no TJ-RS está protegida, com antivírus e antimalware atualizados e o Microsoft Defender ativado. Diante disso, Elton precisa alterar as configurações de macro na “Central de Confiabilidade” do Excel 365, para habilitar a execução de macros VBA.

Considerando esse contexto, leia a sequência de ações que Elton deve realizar e que estão listadas a seguir.

- I. Selecionar a guia “Arquivo” e escolher “Opções”.
- II. Na janela “Opções do Excel”, selecionar “Ativar Copilot” e clicar no botão “Configurações da Central de Confiança...”.
- III. Na janela “Central de Confiança”, selecionar a opção “Gerenciador de Segurança de Scripts e Macros” e Selecionar a opção “Habilitar Macros VBA (não recomendado; código potencialmente perigoso pode ser executado)”, clicar no botão “Confirmar” e, por fim, em “Salvar”.

As ações estão descritas corretamente em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) I e II, apenas.
- (E) II e III, apenas.

40

O Windows 11 suporta os mais recentes padrões de tecnologias sem fios, incluindo o Wi-Fi 6 e o Wi-Fi 7.

Considerando as características do Wi-Fi 7, analise as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa.

- () A Operação Multi-Link (MLO) permite que os dispositivos com Windows 11 utilizem simultaneamente múltiplas bandas (2,4 GHz, 5 GHz, 6 GHz e 7 GHz), evitando congestionamentos da rede e mantendo a conectividade.
- () A largura de banda ultra-larga 640 MHz na banda de 7 GHz duplica as taxas de transmissão entre dispositivos, e permite novas aplicações que demandam grande largura de banda, como as de realidade virtual.
- () A modulação 4096-QAM aumenta a transmissão de dados em 20% e melhora a qualidade da transmissão em fluxos de vídeo e conferências.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) F – V – V.
- (B) F – F – V.
- (C) V – V – F.
- (D) V – F – V.
- (E) V – V – V.

41

A Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD) estabelece uma estrutura legal que empodera os titulares de dados pessoais, fornecendo-lhes direitos a serem exercidos perante os controladores de dados. Esses direitos devem ser garantidos durante toda a existência do tratamento dos dados pessoais do titular realizado pelo órgão ou pela entidade.

Com base nisso, relacione cada princípio previsto na LGPD à sua respectiva referência legal e aos direitos dos titulares que dele decorrem.

1. Princípio da finalidade - Art. 6º, I
 2. Princípio da necessidade - Art. 6º, III
 3. Princípio da qualidade dos dados - Art. 6º, V
 4. Princípio da transparência - Art. 6º, VI
- () Direito a informações claras, precisas e facilmente acessíveis sobre a realização do tratamento e os respectivos agentes de tratamento, observados os segredos comercial e industrial.
- () Direito ao tratamento adstrito aos propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular, sem possibilidade de tratamento posterior de forma incompatível com essas finalidades.
- () Direito à limitação do tratamento ao mínimo necessário para a realização de suas finalidades, com abrangência dos dados pertinentes, proporcionais e não excessivos em relação às finalidades do tratamento.
- () Direito à exatidão, clareza, relevância e atualização dos dados, de acordo com a necessidade para o cumprimento da finalidade de seu tratamento.

A sequência correta, segundo a ordem apresentada, é

- (A) 4 – 1 – 2 – 3.
- (B) 2 – 4 – 1 – 3.
- (C) 3 – 2 – 4 – 1.
- (D) 4 – 2 – 3 – 1.
- (E) 3 – 4 – 1 – 2.

42

Otávio trabalha em uma organização pouco atenta às ameaças virtuais. Recentemente, a empresa foi vítima de um malware que, de maneira furtiva, infectou seus sistemas, bloqueou e criptografou dados, tornando-os inutilizáveis. Em termos gerais, os cibercriminosos sequestraram essas informações e exigiram um resgate em criptomoedas para desbloqueá-las.

O malware descrito é conhecido como

- (A) *whaling*.
- (B) *phishing*.
- (C) *ransomware*.
- (D) engenharia social.
- (E) negação de serviço.

43

Paulo, analista do TJ-RS, estudou a Resolução nº 615/2025 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que estabelece diretrizes para o desenvolvimento, a utilização e a governança de soluções baseadas em inteligência artificial (IA) no âmbito do Poder Judiciário.

Considerando as disposições da Resolução acerca do uso e da contratação de modelos de linguagem de larga escala (LLMs) e de outros sistemas de IA generativa (IAGen), analise as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa.

- () Os modelos LLMs, SLMS e outros sistemas de IAGen, disponíveis na rede mundial de computadores, poderão ser utilizados por magistrados e servidores do Poder Judiciário em suas atividades, como ferramentas de apoio à gestão ou à decisão, desde que observados os padrões de segurança da informação e as normas da Resolução.
- () A contratação de modelos LLMs, SLMS e outros sistemas de IAGen pelos tribunais deverá seguir as diretrizes da Resolução, sendo que o uso de dados fornecidos pelos usuários do Poder Judiciário para treinamento desses modelos fica condicionado à base legal da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, e não poderá ocorrer para outros fins não expressamente autorizados, devendo haver monitoramento contínuo para assegurar a conformidade com as normas de proteção de dados e de propriedade intelectual.
- () Os sistemas de processo judicial eletrônico que utilizem soluções de IA deverão indicar, em sua interface principal, a relação dos modelos em uso, suas respectivas versões, o código de registro no Sinapses e a data da última atualização dessas informações.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) F – V – F.
- (B) F – F – V.
- (C) V – F – F.
- (D) V – F – V.
- (E) V – V – V.

44

Um órgão público vinculado à União contrata uma sociedade empresária para fornecer uma solução de inteligência artificial destinada ao tratamento automatizado de decisões, com base em um banco de dados gerido pelo próprio órgão.

De acordo com as instruções fornecidas pelo gestor público responsável e com o que foi estabelecido em contrato, a sociedade empresária realiza as operações necessárias para viabilizar o tratamento dos dados.

À luz da Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais -LGPD), analise as afirmativas a seguir.

- I. A União, pessoa jurídica de direito público, é a controladora na hipótese. Não obstante, o órgão público responsável detém obrigações legais específicas perante os titulares e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD), conforme dispõe a LGPD.
- II. O gestor público responsável, atuando como servidor subordinado à União, caracteriza-se como autoridade de tratamento, podendo tomar decisões referentes ao tratamento de dados pessoais.
- III. A sociedade empresária é a operadora, uma vez que realiza o tratamento dos dados, conforme as instruções fornecidas pelo gestor público responsável.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) I e II, apenas.
- (E) II e III, apenas.

Conhecimentos Específicos

45

Pedro nasceu no território brasileiro quando seus genitores, Johan, de nacionalidade belga, e Joana, de nacionalidade argentina, aqui se encontravam temporariamente em gozo de férias. Pouco tempo após o nascimento, passaram a residir na Bélgica, tendo sido reconhecido que Pedro tinha nacionalidade belga. Após atingir a maioridade, Pedro decidiu residir no Brasil, tendo se informado em relação à possibilidade, ou não, de ser extraditado para a Bélgica, pois estava sendo acusado de um crime nesse último país.

Foi corretamente dito a Pedro que ele é

- (A) brasileiro nato, logo, não pode ser extraditado.
- (B) estrangeiro, logo, pode ser extraditado, salvo se tiver praticado crime de opinião.
- (C) estrangeiro, logo, pode ser extraditado, salvo se tiver praticado crime político ou de opinião.
- (D) estrangeiro, mas não pode ser extraditado caso se naturalize brasileiro, salvo se o crime praticado for o tráfico ilícito de substâncias entorpecentes.
- (E) estrangeiro, mas não pode ser extraditado caso opte pela nacionalidade brasileira, sendo vedada a naturalização caso o crime praticado seja hediondo.

46

A partir da interpretação do Art. Y da Emenda Constitucional nº X (ECX), é obtida uma norma constitucional de eficácia contida, que é incompatível com a Lei federal nº W (LFW), de eficácia plena, que foi editada em momento anterior, tendo ambas, por objeto, o mesmo direito fundamental.

Na situação descrita, é correto afirmar que

- (A) o Art. Y da ECX não produz efeitos até que seja regulamentado.
- (B) a LFW e o Art. Y da ECX continuarão a coexistir até a revogação da LFW.
- (C) a LFW, por ter eficácia plena, tem preeminência, no plano da aplicabilidade, sobre a ECX.
- (D) a não recepção da LFW pode ser reconhecida por qualquer tribunal, desde que observada a reserva de plenário.
- (E) a LFW pode ser objeto de controle concentrado de constitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal, utilizando-se a ECX como paradigma de confronto.

47

Com o objetivo de regularizar a ocupação fundiária no território estadual, a Constituição do Estado Alfa foi emendada e passou a dispor, em seu Art. Y, sobre regularização fundiária. De acordo com esse preceito, era assegurada a aquisição do domínio das terras públicas pertencentes ao Estado Alfa, ocupadas por mais de quarenta anos ininterruptos, sem contestação. Para tanto, deveriam ser comprovadas as cadeias dominiais e que a destinação dada ao imóvel atendesse ao interesse público, conforme reconhecimento realizado pela Secretaria de Estado competente. O Partido Político Delta, cuja bancada foi vencida na votação, sustentou a inconstitucionalidade do Art. Y.

À luz da sistemática constitucional, é correto estabelecer que o Art. Y é

- (A) constitucional, por versar sobre matéria de competência legislativa concorrente.
- (B) constitucional, por versar sobre matéria de competência legislativa exclusiva de Alfa.
- (C) inconstitucional, por versar sobre matéria de competência legislativa privativa da União.
- (D) inconstitucional, por não prever a participação da Assembleia Legislativa de Alfa, no processo de disposição de terras públicas.
- (E) constitucional, desde que a proposta de Emenda à Constituição Estadual tenha sido de iniciativa do Chefe do Poder Executivo.

48

No âmbito do Poder Executivo do Município Alfa, iniciaram-se discussões para apresentar uma proposição legislativa que assegurasse critérios diferenciados de idade e tempo de contribuição para a aposentadoria dos servidores com deficiência. Esses servidores devem ser previamente submetidos à avaliação psicossocial realizada por equipe multiprofissional e ocupar exclusivamente cargos em comissão, de livre nomeação e exoneração.

Ao final das discussões, concluiu-se corretamente que a proposição legislativa alvitrada

- (A) deve ter a forma de lei complementar.
- (B) é incompatível com a Constituição da República.
- (C) pressupõe que Alfa possua um regime próprio de previdência social.
- (D) pode ser apresentada por qualquer legitimado à deflagração do processo legislativo.
- (E) exige que os servidores beneficiados continuem a contribuir para a previdência social, mesmo após o deferimento da aposentadoria.

49

Um grupo de Deputados Estaduais, da Assembleia Legislativa do Estado Alfa, levou ao presidente dessa Casa Legislativa a preocupação com a necessidade de serem aperfeiçoadas a estrutura e a governança interna, de modo a aumentar a eficiência da atuação finalística. Para a realização desse objetivo, o grupo almejava:

- I. criar cargos de provimento efetivo;
- II. extinguir cargos em comissão que se encontravam vagos;
- III. aumentar a remuneração da generalidade dos servidores da Casa Legislativa.

Ao ouvir as ponderações do grupo, o presidente, com base na simetria constitucional, observou corretamente em relação às medidas almejadas que

- (A) todas exigem a edição de lei.
- (B) apenas a medida referida em I exige a edição de lei.
- (C) apenas a medida referida em III exige a edição de lei.
- (D) apenas as medidas referidas em I e II exigem a edição de lei.
- (E) apenas as medidas referidas em I e III exigem a edição de lei.

50

O Município Alfa, a partir de projeto de lei de iniciativa do vereador João, editou a Lei nº X, criando no último ano duas taxas no âmbito desse ente federativo. A primeira taxa tem como fato gerador os serviços de coleta, remoção e tratamento de lixo provenientes de imóveis. Já o fato gerador da segunda taxa são os serviços de conservação e limpeza de logradouros públicos. Ambas as taxas levavam em conta, no cálculo do valor devido, alguns elementos utilizados na base de cálculo de outro imposto, mas sem identidade.

À luz da sistemática constitucional, é correto afirmar que a Lei nº X

- (A) apresenta vício de iniciativa legislativa.
- (B) não apresenta vício de inconstitucionalidade.
- (C) apresenta vício de inconstitucionalidade em relação ao fato gerador da primeira taxa.
- (D) apresenta vício de inconstitucionalidade em relação ao fato gerador da segunda taxa.
- (E) apresenta vício de inconstitucionalidade em relação à base de cálculo de ambas as taxas.

51

A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) do Estado Alfa dispôs em seu Art. X que, no exercício financeiro subsequente, a diferença entre

- (i) a arrecadação do governo, descartados os juros que auferisse, além de outras receitas similares, e
- (ii) os gastos realizados, descartados os juros que pagasse, além de outras despesas semelhantes,
- (iii) deveriam permanecer nos patamares indicados, alcançando, com isso, um objetivo fiscal.

À luz da sistemática constitucional, é correto afirmar que o Art. X da LDO dispôs sobre

- (A) a meta de resultado nominal.
- (B) a meta de resultado primário.
- (C) a meta de resultado consolidado.
- (D) o espaço fiscal de reinvestimento.
- (E) a trajetória de sustentabilidade da dívida.

52

O juízo competente para processar e julgar determinado feito, ao interpretar o Art. X da Constituição da República, deparou-se com uma pluralidade de significados passíveis de serem atribuídos ao significante interpretado. Ao decidir por um deles, observou que a mutabilidade dos vetores axiológicos retirados do ambiente sociopolítico legitima novos significados sem que, com isso, o Poder Judiciário usurpe competências alheias.

Na situação descrita, é correto afirmar que a conclusão do juízo competente é

- (A) harmônica com a tópica pura.
- (B) compatível com o originalismo.
- (C) compatível com a lógica do razoável.
- (D) refratária à declaração de nulidade sem redução de texto.
- (E) refratária à influência de vetores semióticos na interpretação constitucional.

53

Após a aprovação em concurso público de provas e títulos, Josefina ocupa, há três anos, um emprego público em uma sociedade de economia mista vinculada ao Município de Pelotas, no Rio Grande do Sul. Por sua vez, Carolina, sem prévio concurso público, vem exercendo, pelos últimos cinco anos, um cargo em comissão na Secretaria Municipal de Meio Ambiente.

Nesse cenário, considerando as disposições da Constituição Federal, é correto afirmar que

- (A) embora sejam servidoras públicas, Josefina e Carolina não possuem estabilidade, tampouco vitaliciedade.
- (B) embora sejam servidoras públicas, Josefina e Carolina não possuem estabilidade, mas, sim, vitaliciedade.
- (C) Josefina é servidora pública vitalícia; por sua vez, Carolina não possui estabilidade ou vitaliciedade.
- (D) Josefina é servidora pública estável; por sua vez, Carolina não possui estabilidade ou vitaliciedade.
- (E) Josefina e Carolina são servidoras públicas estáveis.

54

Objetivando a criação de uma estatal, o Prefeito do Município de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, solicitou, à sua equipe técnica, a confecção de um parecer versando, genericamente, sobre as regras aplicáveis às empresas públicas e às sociedades de economia mista. Buscou, ainda, informações precisas sobre a necessidade ou não das estatais cumprirem com determinada função social.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 13.303/2016, avalie as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa.

- () A empresa pública e a sociedade de economia mista terão a função social de realização do interesse coletivo ou de atendimento a imperativo da segurança nacional expressa no instrumento de autorização legal para a sua criação.
- () A empresa pública e a sociedade de economia mista deverão, nos termos da lei, adotar práticas de sustentabilidade ambiental e de responsabilidade social corporativa compatíveis com o mercado em que atuam.
- () A empresa pública e a sociedade de economia mista poderão celebrar convênio ou contrato de patrocínio com pessoa física ou com pessoa jurídica, para promoção de atividades culturais, sociais, esportivas, educacionais e de inovação tecnológica, desde que comprovadamente vinculadas ao fortalecimento do seu balanço patrimonial, observando-se, no que couber, as normas de licitação e contratos previstos em lei.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) V – V – V.
- (B) F – V – F.
- (C) V – V – F.
- (D) F – F – V.
- (E) F – F – F.

55

João, servidor público do Município Alfa, no Estado do Rio Grande do Sul, foi condenado, após a observância do contraditório e da ampla defesa, como conseqüências do devido processo legal, pela prática de ato doloso de improbidade administrativa que causou prejuízo ao erário.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 8.429/1992, é correto afirmar que João praticou a conduta de

- (A) frustrar, em ofensa à imparcialidade, o caráter concorrencial de concurso público, de chamamento ou de procedimento licitatório, com vistas à obtenção de benefício próprio, direto ou indireto, ou de terceiros.
- (B) revelar ou permitir que chegue ao conhecimento de terceiro, antes da respectiva divulgação oficial, teor de medida política ou econômica capaz de afetar o preço de mercadoria, bem ou serviço.
- (C) descumprir as normas relativas à celebração, fiscalização e aprovação de contas de parcerias firmadas pela Administração Pública com entidades privadas.
- (D) conceder benefício administrativo ou fiscal sem a observância das formalidades legais ou regulamentares aplicáveis à espécie.
- (E) perceber vantagem econômica para intermediar a liberação ou a aplicação de verba pública de qualquer natureza.

56

De acordo com a Lei nº 14.133/2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos), o edital deve apresentar o objeto da licitação, as regras de convocação, julgamento, habilitação, recursos e penalidades, bem como as disposições relativas à fiscalização, à gestão contratual, à entrega do objeto e às condições de pagamento.

Com base nessas disposições legais, analise os itens a seguir.

- I. O edital poderá prever o uso de mão de obra, materiais, tecnologias e matérias-primas disponíveis no local de execução, conservação e operação do bem, serviço ou obra, desde que estudo técnico preliminar comprove que essa exigência não comprometa a competitividade do processo licitatório, nem a eficiência do contrato.
- II. Nas contratações de obras, serviços e fornecimentos de grande vulto, o edital deverá prever a obrigatoriedade de implantação de programa de integridade pelo licitante vencedor, no prazo de trinta dias, a contar da assinatura do contrato, conforme regulamento que disporá sobre as medidas a serem adotadas, a forma de comprovação e as penalidades em caso de descumprimento.
- III. Sempre que o objeto permitir, a Administração adotará minutas padronizadas de edital e de contrato, com cláusulas uniformes.

Está correto o exposto em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) I e III, apenas.
- (E) I, II e III.

57

No âmbito do Estado do Rio Grande do Sul, a Lei Estadual nº 15.612/2021 disciplina o processo administrativo e estabelece regras específicas sobre a forma de realização das intimações. Quando não realizadas por meio eletrônico, essas intimações devem ser encaminhadas aos interessados, a seus representantes legais e aos eventuais advogados, pelo correio, ou entregues pessoalmente por servidor do órgão ou entidade administrativa, caso estejam presentes na repartição.

Com base nessas disposições e de acordo com a Lei Estadual nº 15.612/2021, analise as afirmativas a seguir.

- I. Presumem-se válidas as intimações enviadas ao endereço constante dos autos, ainda que não recebidas pessoalmente pelo interessado, se a modificação temporária ou definitiva não tiver sido devidamente comunicada à Administração, fluindo os prazos a partir da juntada aos autos do comprovante de entrega da correspondência no endereço primitivo.
- II. No caso de interessados indeterminados, desconhecidos ou com domicílio indefinido, a intimação deve ser efetuada por meio de publicação oficial ou mediante divulgação em jornais de grande circulação, a critério da Administração.
- III. As intimações serão nulas quando feitas sem observância das prescrições legais, sendo certo que o comparecimento do administrado não supre a irregularidade.

Está correto o que se dispõem em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) I e III, apenas.
- (E) I, II e III.

58

O Estado do Rio Grande do Sul, em observância às formalidades constitucionais e legais, deflagrou processo administrativo com base na Lei Anticorrupção (Lei nº 12.846/2013), em detrimento da sociedade empresária Alfa, que praticou ato lesivo à administração pública estadual. No âmbito administrativo, as pessoas jurídicas estão sujeitas a sanções como multa - de 0,1% a 20% do faturamento bruto do exercício anterior ao da instauração do processo administrativo, excluídos os tributos, nunca inferior à vantagem auferida, quando for possível sua estimativa - e publicação extraordinária da decisão condenatória.

Com base na Lei nº 12.846/2013, avalie as assertivas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa.

- () As sanções serão aplicadas fundamentadamente, isolada ou cumulativamente, de acordo com as peculiaridades do caso concreto e com a gravidade e natureza das infrações.
- () A aplicação das sanções será precedida da manifestação jurídica elaborada pela Advocacia Pública ou pelo órgão de assistência jurídica, ou equivalente, do ente público.
- () Quando não for possível utilizar o critério do valor do faturamento bruto da pessoa jurídica, a multa será de seis mil reais a sessenta milhões de reais.

As declarações são, respectivamente,

- (A) F – V – F.
- (B) F – F – F.
- (C) V – F – F.
- (D) V – F – V.
- (E) V – V – V.

59

Ana dos Santos é proprietária de um vasto terreno e, em 2018, celebrou contrato de comodato com a ONG *Sustentabilidade Sul-rio-grandense*, representada por seu presidente Érico Fernando, permitindo o uso de uma pequena área para a construção de uma horta comunitária, com vigência até 31 de dezembro de 2021. Em 02 de janeiro de 2022, a ONG, embora notificada por Ana para a restituição da área, permaneceu no local, alegando interesse público. No ano seguinte, com a mudança da presidência para Luís, o espaço passou a ser utilizado para fins particulares, descaracterizando a horta. Em 2025, Ana ajuíza ação de reintegração de posse contra a ONG.

Com base no Direito Civil, assinale a opção que descreve corretamente a situação jurídica da posse no caso apresentado.

- (A) A posse exercida pela ONG, inicialmente justa e direta em razão do comodato, tornou-se precária e injusta após a notificação para devolução da área.
- (B) A posse da ONG, derivada do comodato, não poderia ser considerada injusta, uma vez que a notificação da proprietária não é suficiente para alterar sua natureza jurídica.
- (C) Ana não poderia propor ação de reintegração de posse, pois não há esbulho configurado; a via adequada seria a ação reivindicatória, condicionada à prova do domínio.
- (D) A ONG não pode ser responsabilizada pelos atos de seu presidente Luís, de modo que eventual esbulho seria de responsabilidade pessoal dele, permanecendo a posse da entidade justa.
- (E) Em razão do contrato de comodato, a posse da ONG é direta e justa, e o caráter de interesse público da horta atribui-lhe natureza qualificada, tornando incabível a ação possessória de reintegração.

60

Aguinaldo, viúvo de 60 anos, iniciou um relacionamento com Ana Clara, 30 anos, sua ex-nora, recentemente divorciada de seu filho, Lauro. Após um período de convivência, o casal decidiu formalizar a união mediante casamento civil. Ao solicitar a habilitação no Cartório de Registro Civil, o oficial apontou a existência de impedimento matrimonial em razão do vínculo de afinidade entre Aguinaldo e Ana Clara.

À luz do Código Civil brasileiro, assinale a opção que avalia corretamente a possibilidade de validade do casamento.

- (A) Caso o casamento se realize, será anulável, pois a dissolução do casamento entre Ana Clara e Lauro afasta o impedimento, mas exige autorização judicial para a celebração.
- (B) Caso o casamento se realize, será válido, já que o divórcio extingue o vínculo de afinidade entre Aguinaldo e Ana Clara, afastando qualquer impedimento matrimonial.
- (C) Caso o casamento se realize, será nulo, pois existe impedimento matrimonial entre sogro e nora, ainda que dissolvido o vínculo conjugal entre ela e o filho de Aguinaldo.
- (D) Caso o casamento se realize, será válido, pois a lei brasileira reconhece a autonomia da vontade das partes maiores e capazes, não havendo qualquer restrição aplicável.
- (E) Caso o casamento se realize, será anulável, pois, embora exista o impedimento, trata-se de hipótese em que a lei admite convalidação mediante autorização judicial e posterior confirmação pelas partes.

61

O Município de Cidade Solar possui os seguintes bens em seu patrimônio:

- o edifício-sede da Prefeitura, onde funcionam o Gabinete do Prefeito e todas as Secretarias;
- uma área de terras arrecadada de particular por meio de herança vacante, ainda sem destinação específica, aguardando decisão do Prefeito;
- a praça central da cidade, utilizada livremente pela população para lazer e eventos;
- um conjunto de veículos destinados ao transporte de alunos das escolas municipais; e
- a Avenida Presidente Vargas, considerada a principal via de trânsito da cidade.

Considerando a classificação dos bens públicos prevista no art. 99 do Código Civil, assinale a afirmativa que apresenta a correspondência correta entre os bens listados e suas respectivas classificações legais.

- (A) A praça central e a sede da Prefeitura são bens de uso especial.
- (B) O conjunto de veículos e a área de terras arrecadada de particular são bens dominicais.
- (C) A praça central e a Avenida Presidente Vargas são bens de uso comum do povo.
- (D) A área de terras arrecadada de particular e a praça central são bens de uso comum do povo.
- (E) A sede da Prefeitura e a Avenida Presidente Vargas são bens de uso comum do povo.

62

Anita vendeu a Garibaldi um veículo pelo valor de R\$ 50.000,00, mediante contrato de compra e venda, incluindo cláusula expressa de exclusão da garantia contra evicção. Dois anos depois, decisão judicial transitada em julgado reconheceu o direito de propriedade de terceiro sobre o veículo, obrigando Garibaldi a restituí-lo.

Com base nos fatos e nas regras previstas no Código Civil, sobre evicção, assinale a afirmativa que descreve corretamente os efeitos dessa situação sobre as partes.

- (A) Garibaldi não terá direito a ressarcimento algum, nem mesmo à restituição do preço pago, pois a cláusula expressa de exclusão da evicção tem força absoluta e exonera totalmente o vendedor de qualquer responsabilidade.
- (B) Apesar da cláusula de exclusão, Garibaldi terá direito de reaver de Anita o preço que pagou pelo veículo (R\$ 50.000,00), desde que não tenha assumido, consciente e expressamente, o risco da evicção no momento da celebração do contrato.
- (C) Anita responderá integralmente pela evicção, pois a cláusula de exclusão é nula de pleno direito, não produzindo quaisquer efeitos jurídicos.
- (D) A garantia contra evicção só seria aplicável se a aquisição tivesse ocorrido em hasta pública, não incidindo nos contratos privados de compra e venda quando houver cláusula de exclusão.
- (E) Em razão da cláusula de exclusão da evicção, Garibaldi não terá direito ao valor do veículo, mas apenas ao reembolso das custas judiciais e honorários advocatícios que despendeu em defesa do bem.

63

Pedro Paulo faleceu deixando patrimônio de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), composto integralmente por bens comuns adquiridos onerosamente durante o casamento com Quitéria, sob o regime de Comunhão Universal de Bens. Tinha três filhos - Cícero, Erotildes e Shirley -, todos vivos no momento de sua morte, e não deixou testamento.

Com base na ordem de vocação hereditária prevista no art. 1.829, I, do Código Civil, assinale a afirmativa correta sobre a divisão do patrimônio deixado por Pedro Paulo.

- (A) Quitéria herdará a totalidade da herança, como herdeira única, excluindo os descendentes.
- (B) A herança será dividida em quatro partes iguais entre Quitéria, Cícero, Erotildes e Shirley, pois o cônjuge sobrevivente sempre concorre com os descendentes.
- (C) O patrimônio será dividido em quatro partes iguais, cabendo à Quitéria sua quota como meação e aos filhos a título de herança.
- (D) A totalidade do patrimônio (R\$ 1.000.000,00) constitui herança e será dividida apenas entre os três filhos: Cícero, Erotildes e Shirley.
- (E) Quitéria receberá metade do patrimônio a título de meação, e a outra metade será dividida igualmente entre os três filhos, Cícero, Erotildes e Shirley.

64

A empresa *Mercado e Bar Serra Gaúcha Ltda.*, administrada pelo sócio majoritário, Bento, acumulou dívida significativa com diversos fornecedores, entre eles a empresa *Campos de Cima Atacadista Ltda.*, administrada por Flores da Cunha. Não havia bens suficientes da sociedade para a quitação do débito. Na tentativa de satisfazer seu crédito, Flores constatou que Bento transferiu diversos bens da empresa para si e familiares. Além disso, verificou que o sócio utilizava o carro da sociedade para passeios com a família nos fins de semana, custeando o combustível com o cartão corporativo.

Diante dessa situação, com base na teoria da desconsideração da personalidade jurídica prevista no Código Civil, assinale a afirmativa correta.

- (A) Para a desconsideração da personalidade jurídica, basta a comprovação da insuficiência patrimonial da sociedade.
- (B) O abuso da personalidade jurídica, caracterizado pelo desvio de finalidade ou pela confusão patrimonial, justifica a aplicação da desconsideração da personalidade jurídica.
- (C) A desconsideração da personalidade jurídica pode ser decretada de ofício pelo juiz, desde que esteja configurada a confusão patrimonial.
- (D) Para fins de desconsideração, a confusão patrimonial caracteriza-se exclusivamente quando há intenção deliberada de lesar credores.
- (E) Somente o credor quirografário possui legitimidade para requerer a desconsideração da personalidade jurídica.

65

Carlos Barbosa demonstrou grande maturidade pela intenção de iniciar um curso técnico em outra cidade, o que exigiria maior autonomia. Seus pais desejam emancipá-lo.

Assinale a opção que apresenta corretamente os requisitos necessários para a emancipação voluntária.

- (A) Deve ser realizada por escritura pública, desde que o adolescente tenha completado doze anos.
- (B) Carlos Barbosa deve ter, pelo menos, dezesseis anos, e a concessão dos pais deve ocorrer mediante escritura pública.
- (C) Para a emancipação voluntária, o adolescente deve concordar expressamente, devendo haver a intervenção do Ministério Público.
- (D) A emancipação voluntária exige autorização judicial, por meio de procedimento de jurisdição voluntária, com anuência dos pais.
- (E) A idade mínima de quatorze anos e a concessão dos pais são requisitos necessários para a emancipação.

66

O Código de Processo Civil arrola diferentes espécies de pronunciamentos judiciais.

Com base nisso, considere os atos judiciais a seguir, proferidos por juízo de primeiro grau.

- I. Decisão que acolhe parcialmente a impugnação ao cumprimento de sentença, reconhecendo excesso de execução.
- II. Decisão que extingue a execução em razão do pagamento integral do débito.
- III. Decisão que julga parcial e antecipadamente o mérito do processo.

Os recursos cabíveis em face de tais decisões são, respectivamente,

- (A) apelação, agravo de instrumento e apelação.
- (B) agravo de instrumento, apelação e agravo de instrumento.
- (C) apelação, recurso especial e apelação.
- (D) recurso especial, recurso extraordinário e apelação.
- (E) recurso ordinário, agravo de instrumento e recurso ordinário.

67

Maria propôs ação pelo procedimento comum visando a obter pensão por morte de seu falecido companheiro, Joaquim, servidor aposentado do Município Beta.

Como causa de pedir, Maria sustentou que manteve união pública, contínua e duradoura com Joaquim, por aproximadamente quarenta anos, da qual nasceram três filhos, todos maiores de idade e capazes, fazendo jus, assim, ao pensionamento pleiteado.

Em sentença, o juiz da 1ª Vara de Fazenda Pública da Comarca Beta reconheceu, de maneira expressa e incidental, como questão prejudicial ao julgamento do pedido, que Maria e Joaquim mantiveram união estável pelo período indicado, julgando procedente o pleito.

Após o trânsito em julgado, Maria ajuizou ação de reconhecimento de união estável perante a 2ª Vara de Família da Comarca Beta, no intuito de ser reconhecida como companheira e sucessora de Joaquim.

Nesse caso, é correto afirmar que

- (A) com o trânsito em julgado da sentença proferida no primeiro processo, fizeram coisa julgada os motivos declinados pelo juiz para proferir a decisão, assim como a verdade dos fatos.
- (B) a coisa julgada formada no primeiro processo incidirá tão apenas em relação ao dispositivo da sentença, assegurando à Maria somente o direito ao recebimento da pensão.
- (C) na segunda ação proposta, por versar sobre direito de família e sucessões, a intervenção do Ministério Público será obrigatória, sendo presumido o interesse público e social da atuação do *Parquet*.
- (D) a propositura da segunda ação foi desnecessária, pois a coisa julgada sobre a sentença que lhe concedeu o direito à pensão incide também sobre a questão prejudicial referente ao vínculo de companheirismo.
- (E) caso no juízo da Vara de Família haja decisão contrária à união estável, será possível a propositura de ação rescisória em face da decisão da 1ª Vara de Fazenda Pública, no prazo de três anos.

68

Mariano, juiz de direito da 2ª Vara de Fazenda Pública da Comarca de Prudentópolis (PR), proferiu decisão interlocutória em ação de improbidade administrativa movida pelo Ministério Público contra João, ex-Secretário de Educação daquele Município, e a empresa *Ande Bem Ltda*, contratada pelo ente público.

Após a réplica do *Parquet*, a decisão teve o seguinte teor:

- tipificou a conduta dos réus nos termos do art. 9º, III, da Lei nº 8.429/1992, tal como apontado pelo Ministério Público na petição inicial;
- indeferiu o pedido de reconhecimento de ilegitimidade passiva, formulado pela *Ande Bem Ltda*, em sede de contestação;
- reconheceu a revelia de João, que não ofereceu contestação tempestiva, presumindo verdadeiros os fatos da petição inicial que lhe digam respeito.

Com base nesse caso, é correto afirmar que

- (A) ao sentenciar, o juiz poderá tipificar a conduta dos réus em tipo diverso daquele indicado pelo Ministério Público e constante da decisão, sem que haja nulidade em tal conduta.
- (B) o juiz agiu acertadamente ao reconhecer o efeito material da revelia de João, tendo em vista a ausência de contestação tempestiva.
- (C) é cabível agravo de instrumento em face da decisão interlocutória proferida pelo juiz, visando a impugnar integralmente o seu conteúdo, por expressa disposição da Lei de Improbidade Administrativa.
- (D) eventual sentença de improcedência do pedido ou de extinção do processo sem resolução do mérito estará sujeita à remessa necessária pelo Tribunal de Justiça.
- (E) o Ministério Público poderá celebrar acordo de não persecução civil com os réus, ainda que não haja o integral ressarcimento do dano ou a reversão à pessoa jurídica lesada da vantagem indevida obtida.

69

O mandado de segurança é uma das ações de procedimento especial previstas na Constituição da República.

Sobre tal remédio constitucional, considere as afirmativas a seguir.

- I. O mandado de segurança é cabível em face de decisão judicial da qual caiba recurso com efeito suspensivo.
- II. A sentença concessiva do mandado de segurança está sujeita ao reexame necessário.
- III. A sentença ou o acórdão que denegar mandado de segurança, sem decidir o mérito, não impedirá que o requerente, por ação própria, pleiteie os seus direitos e os respectivos efeitos patrimoniais.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, II e III.
- (B) I e III, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) III, apenas.
- (E) II, apenas.

70

João ajuizou ação de cobrança em face de Pedro, que é casado com Maria em regime de separação convencional de bens. Como causa de pedir, João alegou que as partes celebraram contrato de compra e venda de bem imóvel, o qual foi adquirido por Pedro antes de seu casamento, porém o adquirente deixou de pagar vinte e duas das trinta parcelas pactuadas em contrato, sendo o objeto do processo a cobrança das parcelas em atraso.

Ao realizar o juízo de admissibilidade da petição inicial, o juízo da 1ª Vara Cível da Comarca de Belo Horizonte (MG) verificou a ausência de Maria no polo passivo da demanda, embora resida com Pedro no imóvel objeto do processo.

Supondo-se que a petição inicial não apresente qualquer vício, de acordo com as regras do Código de Processo Civil, assinale a opção que indica a providência correta a ser adotada pelo juízo.

- (A) Extinguir liminarmente o processo sem resolução do mérito, pois Maria é litisconsorte passiva necessária por força de lei, ante a natureza da ação, o regime de bens do casamento e o uso do imóvel para a moradia familiar.
- (B) Determinar que João promova a citação de Maria, pois as ações que versem sobre direitos reais imobiliários, como é o caso da ação de cobrança de dívida referente a imóvel, exigem a presença obrigatória de ambos os cônjuges.
- (C) Efetuar a intimação de João para, caso ele queira, faça a inclusão de Maria no polo passivo como assistente litisconsorcial de Pedro.
- (D) Promover, de ofício, a inclusão de Maria no polo passivo da demanda, como litisconsorte passiva facultativa de Pedro.
- (E) Realizar o juízo positivo de admissibilidade da petição inicial, pois as ações de cobrança possuem natureza pessoal, dispensando a presença do outro cônjuge no mesmo polo (ativo ou passivo) da demanda.

71

José foi citado em uma execução fundada em título executivo extrajudicial, movida por Marina. No último dia do prazo para apresentar defesa, ele opôs embargos à execução, alegando diversas preliminares processuais e excesso de execução.

Quando os embargos já estavam conclusos para sentença, José peticionou nos autos principais da execução, efetuando o depósito de 30% (trinta por cento) do valor executado e requereu o parcelamento do valor principal da dívida em 6 (seis) prestações mensais, com amparo no art. 916 do Código de Processo Civil.

Diante do caso apresentado, assinale a afirmativa correta.

- (A) Os embargos à execução deverão ser suspensos em virtude do requerimento de parcelamento, para fins de sua análise e possível cumprimento das parcelas.
- (B) Não há preclusão aplicável ao caso, pois os embargos versam sobre vícios formais e excesso de execução, matérias que são distintas do pleito de parcelamento, o qual possui natureza de autocomposição.
- (C) Ocorreu a preclusão temporal e lógica do direito de requerer o parcelamento, pois foi formulado após o decurso do prazo legal e porque o pedido é incompatível com o direito de opor embargos à execução.
- (D) Deverá ser reconhecida a preclusão consumativa do direito de requerer o parcelamento, que é meio de defesa do executado na execução fundada em título extrajudicial, de forma semelhante ao oferecimento de embargos à execução.
- (E) Deferido o pedido de José, o executado deverá efetuar o depósito mensal das parcelas, as quais somente poderão ser levantadas por Marina após o pagamento integral da última prestação e respectiva extinção da execução.

72

Em ação de alimentos, o juiz proferiu sentença condenando o réu Marcos ao pagamento de pensão alimentícia em favor de seu filho menor, João, que conta 6 (seis) anos de idade.

Marcos, inconformado com o valor arbitrado pelo juízo, considerado excessivo, interpõe recurso de apelação, pedindo a redução do montante fixado.

Paralelamente, em outra ação que tramita no mesmo fórum em face de Marcos, a qual versa sobre reintegração de posse, o juiz concedeu tutela provisória de urgência na sentença para determinar ao réu que desocupe imóvel que vem ocupando ilicitamente no prazo de 15 (quinze) dias, entregando-o livre e desembaraçado ao autor da demanda.

O réu igualmente interpôs recurso de apelação em face da sentença.

De acordo com as disposições do Código de Processo Civil a respeito dos recursos e seus efeitos, assinale a opção que indica a regra aplicável aos recursos de apelação interpostos.

- (A) Ambos os recursos terão efeito suspensivo, pois essa é a regra, e o efeito devolutivo é inerente a todos os recursos elencados pelo Código de Processo Civil.
- (B) A apelação na ação de alimentos terá apenas efeito devolutivo, enquanto a apelação na ação de reintegração de posse terá efeitos suspensivo e devolutivo.
- (C) A apelação na ação de alimentos terá efeitos suspensivo e devolutivo, e a apelação na ação de reintegração de posse terá apenas efeito devolutivo.
- (D) Os dois recursos terão apenas efeito devolutivo, caso a concessão de efeito suspensivo em ambos os processos dependa de decisão judicial.
- (E) O juízo de admissibilidade dos recursos será feito perante o juízo que proferiu a sentença, de forma provisória, e poderá ser mantido ou reformado pelo tribunal.

73

Na data designada para a audiência de instrução e julgamento de uma ação penal, que apura a prática de crime de roubo circunstanciado na Comarca de Porto Alegre (RS), o ofendido Caio requereu a sua admissão como assistente de acusação.

Com base na situação descrita e nas disposições do Código de Processo Penal, analise as afirmativas a seguir.

- I. O assistente será admitido enquanto não passar em julgado a sentença e receberá a causa no estado em que se achar.
- II. O Ministério Público será ouvido previamente sobre o pedido de admissão do assistente.
- III. Da decisão que admitir, ou não, o assistente, caberá recurso de apelação.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) I e II, apenas.
- (E) I, II e III.

74

Em setembro de 2025, Caio, réu primário e portador de bons antecedentes, foi condenado definitivamente pela prática de crime contra o patrimônio, sendo-lhe imposta pena a ser cumprida em regime inicial semiaberto. No curso da execução penal, o apenado demonstrou interesse em progredir para o regime aberto. Registre-se, por fim, que Caio praticou a infração penal em janeiro de 2025.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei de Execução Penal, avalie as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa.

- () O condenado poderá ingressar no regime aberto, preenchidos os demais requisitos legais, se estiver trabalhando ou comprovar a possibilidade de fazê-lo imediatamente, e se apresentar, pelos seus antecedentes e pelos resultados do exame criminológico, fundados indícios de que se ajustará, com autodisciplina, baixa periculosidade e senso de responsabilidade, ao novo regime.
- () O juiz poderá estabelecer condições especiais para a concessão de regime aberto, entre as quais, a fiscalização por monitoramento eletrônico, sem prejuízo das condições gerais e obrigatórias.
- () O juiz poderá modificar as condições estabelecidas, de ofício, a requerimento do Ministério Público, da autoridade administrativa ou do condenado, desde que as circunstâncias assim o recomendem.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) F – F – F.
- (B) V – F – V.
- (C) F – V – F.
- (D) F – F – V.
- (E) V – V – V.

75

João foi preso em flagrante pela prática do crime de furto simples no Município de Pelotas (RS). No âmbito da audiência de custódia, o representante do Ministério Público se manifestou pela concessão de liberdade provisória ao custodiado, mediante a fixação de medidas cautelares de natureza diversa da prisão, entre elas, a fiança.

De acordo com a situação apresentada e as disposições do Código de Processo Penal, analise as afirmativas a seguir.

- I. Compete à autoridade, ao determinar o valor da fiança, considerar a natureza da infração, as condições pessoais de fortuna e vida pregressa do acusado, as circunstâncias indicativas de sua periculosidade, bem como a importância provável das custas do processo, até o final do julgamento.
- II. Compete ao réu afiançado comparecer perante a autoridade todas as vezes que for intimado para atos do inquérito, da instrução criminal e do julgamento, ficando ciente de que a fiança será cassada em caso de não comparecimento.
- III. Compete ao réu afiançado obter prévia permissão da autoridade processante para mudar de residência e comunicar o lugar onde poderá ser encontrado, caso se ausente de sua residência por mais de quinze dias, sob pena de cassação de fiança.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) I e III, apenas.
- (E) I, II e III.

76

Durante atendimento ao público externo, Caio, estagiário voluntário sem remuneração da Secretaria de Meio Ambiente do Município Alfa, no Estado do Rio Grande do Sul, solicitou a José, representante do empreendimento XYZ, a quantia de três mil reais, prometendo conferir maior celeridade ao processo de licenciamento ambiental. José recusou prontamente a proposta, dando conhecimento dos fatos aos órgãos públicos competentes.

Nesse cenário, considerando as disposições do Código Penal, é correto afirmar que Caio

- (A) não responderá criminalmente, considerando que a solicitação foi prontamente negada, afastando-se a tipicidade material da conduta perpetrada.
- (B) não responderá criminalmente, já que não é considerado agente público, por exercer a função pública sem remuneração.
- (C) responderá pelo crime de corrupção passiva, sem causas de aumento de pena.
- (D) responderá pelo crime de corrupção ativa, com a incidência de uma causa de aumento de pena.
- (E) responderá pelo crime de peculato qualificado.

77

Matheus, agindo com dolo, arremessou diversas pedras em detrimento da sede da sociedade empresária Alfa, concessionária de serviço público no Município de Porto Alegre, no Estado do Rio Grande do Sul, logrando êxito em destruir diversas janelas de vidro.

Nesse cenário, considerando as disposições do Código Penal, é correto afirmar que Matheus responderá pelo crime de dano

- (A) qualificado, com a incidência de uma causa de aumento de pena, perseguível mediante ação penal pública incondicionada.
- (B) simples, sem causas de aumento de pena, perseguível mediante ação penal pública condicionada à representação da vítima.
- (C) simples, com a incidência de uma causa de aumento de pena, perseguível mediante ação penal pública incondicionada.
- (D) qualificado, sem causas de aumento de pena, perseguível mediante ação penal pública incondicionada.
- (E) simples, sem causas de aumento de pena, perseguível mediante ação penal de iniciativa privada.

78

Após a observância das formalidades constitucionais e legais, Caio foi pronunciado pelo juízo competente da Comarca de Caxias do Sul (RS), pela prática do crime de homicídio qualificado tentado, por duas vezes, em concurso material.

Nessa situação, considerando as disposições do Código de Processo Penal, é correto afirmar que a defesa de Caio poderá recorrer da decisão de pronúncia por meio de

- (A) recurso em sentido estrito.
- (B) carta testemunhável.
- (C) recurso inominado.
- (D) revisão criminal.
- (E) apelação.

79

Durante palestra dirigida aos novos servidores do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, o Juiz de Direito abordou os crimes dolosos contra a vida.

Considerando as disposições do Código Penal, assinale a opção em que o crime de homicídio cometido **não** é qualificado.

- (A) Quando o homicídio é cometido com emprego de veneno, fogo, explosivo, asfixia, tortura ou outro meio insidioso ou cruel.
- (B) Quando o homicídio ocorre para assegurar a execução, a ocultação, a impunidade ou a vantagem de outro crime.
- (C) Quando o homicídio é praticado nas dependências de instituição hospitalar, pública ou privada.
- (D) Quando o homicídio é cometido mediante pagamento ou promessa de recompensa.
- (E) Quando o homicídio é praticado por motivo fútil.

80

O Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul ofereceu denúncia em face de Lucas, imputando-lhe a prática do crime de tráfico de drogas. Em assim sendo, o juízo competente ordenou a notificação do acusado para oferecer defesa prévia, por escrito, no prazo legal.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 11.343/2006, avalie os itens a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa.

- () O acusado, na resposta, consistente em defesa preliminar e exceções, poderá arguir preliminares e invocar todas as razões de defesa, oferecer documentos e justificações, especificar as provas que pretende produzir e, até o número de oito, arrolar testemunhas.
- () O juiz, caso a resposta não seja apresentada no prazo, nomeará defensor para oferecê-la em dez dias, concedendo-lhe vista dos autos no ato de nomeação.
- () O juiz, quando entender imprescindível, determinará, no prazo máximo de dez dias, a apresentação do preso e a realização de diligências, exames e perícias.

As disposições são, respectivamente,

- (A) F – V – F.
- (B) V – V – V.
- (C) V – F – V.
- (D) F – F – F.
- (E) F – V – V.

Realização

